

REQUERIMENTOS/INDICAÇÕES MUNICIPAIS PARA A CAUSA ANIMAL

Estudos, diagnósticos e fiscalização para a atuação parlamentar

ESTUDE PRIMEIRO. AJA DEPOIS.

DIOGO ESTEVES PEREIRA

Autor de Manual de Legística - Teoria e Prática

1ª edição • 2026 • material de referência para vereadores e assessorias parlamentares

NOTA AO LEITOR

Este e-book foi elaborado para parlamentares municipais que desejam atuar na causa animal de forma tecnicamente responsável. O foco não é formular requerimentos ou indicações que determinem, de imediato, a implantação de políticas, serviços ou estruturas. A proposta é anterior: obter dados, provocar estudos, identificar problemas, avaliar alternativas e construir uma base objetiva para a decisão política.

Os modelos devem ser adaptados ao Regimento Interno e à Lei Orgânica de cada Município. Em algumas Câmaras, o pedido de informações ao Executivo assume a forma de requerimento sujeito ao Plenário; em outras, há rito ou denominação diferente. A indicação também pode possuir estrutura, destinatário e tramitação próprios. Por isso, a denominação utilizada neste livro é um modelo funcional, não uma regra regimental nacional.

Os campos entre colchetes, prazos, autoridades, secretarias e expressões regimentais devem ser adequados à realidade local. A justificativa de cada proposição deve, sempre que possível, incorporar dados do próprio Município.

APRESENTAÇÃO

A atuação parlamentar de qualidade começa antes da lei. Um vereador pode perceber um problema real - animais em situação de rua, baixa cobertura de esterilização, falta de atendimento veterinário, ausência de dados sobre maus-tratos - e ainda assim não saber qual é a solução mais adequada. Nesse momento, o instrumento parlamentar mais eficiente pode não ser um projeto de lei, mas um requerimento de informações ou uma indicação para que a Administração realize estudo técnico.

Essa metodologia evita dois vícios comuns. O primeiro é legislar sem conhecer a realidade, criando soluções genéricas, caras ou inexecutáveis. O segundo é utilizar indicações para simplesmente ordenar ao Executivo a prática de atos de gestão, sem prévia avaliação de demanda, competência, custo ou impacto. Neste e-book, a lógica é outra: o parlamentar formula a pergunta certa, exige os dados relevantes e provoca a avaliação técnica. A ação vem depois, se os elementos demonstrarem necessidade e viabilidade.

Os modelos foram organizados a partir de temas recorrentes da política municipal de proteção animal e do mesmo universo de políticas pesquisado para o e-book de projetos de lei municipais sobre a causa animal: manejo populacional, ProPatinhas, SinPatinhas, esterilização, identificação, adoção, atendimento veterinário, animais comunitários, CED, proteção em desastres, transparência, fiscalização e integração com políticas sociais.

1. REQUERIMENTO E INDICAÇÃO: FUNÇÕES DIFERENTES

1.1 Requerimento

Neste e-book, o requerimento é utilizado principalmente como instrumento de fiscalização e produção de informação. A pergunta central é: o que já existe, quanto custa, quantas pessoas ou animais são atendidos, quais resultados foram alcançados, qual a capacidade instalada e quais estudos já foram produzidos?

O requerimento bem formulado evita perguntas genéricas. Em vez de perguntar apenas se existe programa de castração, por exemplo, deve buscar quantidade de procedimentos, fila de espera, custo, capacidade, distribuição territorial e critérios de prioridade.

1.2 Indicação

A indicação, por sua vez, é utilizada para sugerir que o Executivo avalie determinado problema ou alternativa por meio de estudo técnico. O texto evita fórmulas como “implante”, “construa”, “crie imediatamente” ou “determine a execução”. A redação recomenda “realização de estudo técnico de viabilidade”, “avaliação de alternativas”, “levantamento de demanda”, “análise de impacto” e expressões equivalentes.

Esse desenho preserva o espaço de gestão do Executivo e, ao mesmo tempo, permite ao parlamentar pautar problemas relevantes e exigir resposta tecnicamente fundamentada.

2. A LÓGICA: ESTUDO PRIMEIRO, AÇÃO DEPOIS

1. Identificar o problema concreto.
2. Levantar os dados já existentes.
3. Verificar competência e legislação aplicável.
4. Avaliar demanda, alternativas e custo.
5. Identificar impactos administrativos, sanitários, ambientais e orçamentários.
6. Comparar experiências de outros Municípios quando útil.
7. Somente depois escolher o instrumento: fiscalização, indicação, projeto de lei, emenda orçamentária, audiência pública, parceria ou outra providência.

3. FUNDAMENTOS GERAIS DA ATUAÇÃO MUNICIPAL

A atuação municipal na causa animal encontra fundamento, em especial, nas competências locais e suplementares dos Municípios, na competência comum de proteção do meio ambiente e da fauna e no dever constitucional de proteção contra práticas cruéis. O parlamentar deve, contudo, respeitar as competências privativas da União, a iniciativa reservada do Executivo em matérias de organização administrativa e as normas federais e estaduais incidentes.

Como referências gerais para estudos locais, merecem atenção a Constituição Federal, a Lei nº 13.426/2017, relativa ao controle de natalidade de cães e gatos, a Lei nº 14.228/2021, o Decreto nº 12.439/2025, que instituiu ProPatinhas e SinPatinhas, e a regulamentação federal posterior sobre financiamento e transferências para proteção e manejo populacional.

4. SUMÁRIO DOS MODELOS

Parte I - 25 requerimentos de informações e fiscalização

1. Diagnóstico populacional de cães e gatos
2. Programa municipal de esterilização
3. Adesão ao ProPatinhas e ao SinPatinhas
4. Recursos públicos destinados à causa animal
5. Atendimento médico-veterinário público
6. Capacidade de acolhimento de animais
7. Resgate de animais em situação de emergência
8. Denúncias de maus-tratos
9. Animais recolhidos e respectiva destinação
10. Feiras e ações de adoção
11. Animais comunitários
12. Colônias de gatos e manejo pelo método CED
13. Microchipagem e identificação animal
14. Vacinação, zoonoses e proteção animal
15. Animais atropelados em vias urbanas
16. Proteção animal em situações de desastre
17. Protetores independentes e organizações da sociedade civil
18. Doações de ração e insumos
19. Fiscalização de pet shops, hotéis, creches e serviços de banho e tosa
20. Fogos de artifício com estampido
21. Pessoas em situação de rua acompanhadas de animais
22. Animais de mulheres em situação de violência doméstica
23. Destinação de corpos de animais
24. Legislação municipal de proteção animal
25. Indicadores gerais da política municipal de proteção animal

Parte II - 25 indicações para estudos de viabilidade

26. Estudo para censo municipal de cães e gatos
27. Estudo de áreas prioritárias para esterilização
28. Estudo para adesão plena ao ProPatinhas e SinPatinhas
29. Estudo de viabilidade de unidade móvel de esterilização
30. Estudo de rede veterinária descentralizada
31. Estudo de viabilidade de hospital ou centro veterinário municipal
32. Estudo de centro de acolhimento temporário
33. Estudo de serviço de resgate animal
34. Estudo para plano de proteção animal em desastres
35. Estudo técnico sobre CED para colônias de gatos
36. Estudo sobre política para animais comunitários
37. Estudo de áreas públicas de convivência para cães
38. Estudo sobre transporte de pequenos animais no transporte coletivo
39. Estudo para ampliar feiras de adoção em equipamentos públicos
40. Estudo de programa de lar temporário e apadrinhamento
41. Estudo de rede de doação de ração e insumos
42. Estudo para acolhimento de animais de mulheres em situação de violência
43. Estudo para acolhimento de pessoas em situação de rua com seus animais
44. Estudo de destinação ambientalmente adequada de corpos de animais
45. Estudo de viabilidade do Fundo Municipal de Proteção Animal
46. Estudo de viabilidade do Conselho Municipal de Proteção Animal
47. Estudo para observatório ou painel de dados da causa animal
48. Estudo para programa municipal de educação em bem-estar animal
49. Estudo de medidas de proteção animal em ondas de calor e outros eventos extremos
50. Estudo para consolidação da legislação municipal de proteção animal

5. MODELOS DE REQUERIMENTOS

Os modelos seguintes pressupõem pedido de informações ao Poder Executivo ou ao órgão competente. Ajuste a fórmula de encaminhamento ao Regimento Interno da Câmara Municipal.

REQUERIMENTO 1 - DIAGNÓSTICO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

Finalidade	Diagnóstico e planejamento
Destinatário sugerido	Prefeitura / órgão de proteção animal ou meio ambiente
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Existe estimativa oficial ou estudo técnico sobre a população de cães e gatos domiciliados, semidomiciliados, comunitários e em situação de rua no Município?
- II - Qual a metodologia utilizada e a data da última atualização?
- III - Quais bairros ou regiões apresentam maior concentração de animais não domiciliados?
- IV - Existem séries históricas ou indicadores que permitam avaliar crescimento ou redução dessa população?
- V - Quais dados o Município entende ainda necessários para subsidiar políticas de esterilização, identificação e adoção?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

A formulação de políticas de manejo populacional depende de dados mínimos sobre dimensão, distribuição territorial e perfil da população animal. O requerimento busca conhecer a base empírica disponível antes da proposição de novas medidas.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 2 - PROGRAMA MUNICIPAL DE ESTERILIZAÇÃO

Finalidade	Fiscalização de política existente
Destinatário sugerido	Prefeitura / saúde / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quantas esterilizações de cães e gatos foram realizadas nos últimos 36 meses, discriminadas por mês e região?
- II - Qual a capacidade mensal instalada e qual o quantitativo médio efetivamente executado?
- III - Existe fila de espera? Em caso positivo, qual o número de animais e o tempo médio de atendimento?
- IV - Quais critérios de prioridade são utilizados?
- V - Existe levantamento das regiões com maior demanda reprimida?
- VI - Quais contratos, convênios ou credenciamentos dão suporte ao programa e qual o respectivo custo anual?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

Antes de defender ampliação do serviço, o parlamentar deve conhecer capacidade, demanda reprimida, critérios de prioridade e custos. Isso permite propor medidas proporcionais e orçamentariamente fundamentadas.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 3 - ADESÃO AO PROPATINHAS E AO SINPATINHAS

Finalidade	Integração federativa e captação
Destinatário sugerido	Prefeitura / órgão responsável
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - O Município aderiu ao ProPatinhas e ao SinPatinhas? Informar a data e o estágio da adesão.
- II - Quais unidades administrativas são responsáveis pela alimentação e atualização dos dados?
- III - Quantos animais do Município já foram cadastrados ou identificados no sistema?
- IV - Existe plano local de proteção e manejo populacional ético de cães e gatos?
- V - Foram apresentados planos de trabalho ou propostas para obtenção de recursos federais vinculados a essas políticas?
- VI - Quais pendências técnicas ou administrativas impedem eventual adesão plena?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

A integração a programas nacionais pode ampliar dados, identificação animal e acesso a recursos. O requerimento permite verificar se o Município já utiliza essas ferramentas e quais lacunas precisam ser superadas.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 4 - RECURSOS PÚBLICOS DESTINADOS À CAUSA ANIMAL

Finalidade	Fiscalização orçamentária
Destinatário sugerido	Prefeitura / finanças / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quais dotações orçamentárias foram destinadas à proteção e bem-estar animal nos três últimos exercícios?
- II - Qual o valor empenhado, liquidado e pago em cada exercício?
- III - Quais ações, programas e contratos foram financiados?
- IV - Houve transferências da União, do Estado, emendas parlamentares ou doações vinculadas à causa animal?
- V - Existem saldos, restos a pagar ou recursos vinculados ainda não executados?
- VI - Quais metas físicas foram associadas às despesas informadas?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O controle parlamentar precisa correlacionar gasto e resultado. O levantamento possibilita avaliar execução orçamentária e subsidiar futuras emendas, ajustes de metas e prioridades.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 5 - ATENDIMENTO MÉDICO-VETERINÁRIO PÚBLICO

Finalidade	Avaliação de serviço
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / saúde
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quantos atendimentos veterinários públicos foram realizados nos últimos 24 meses?
- II - Quais tipos de procedimentos são disponibilizados?
- III - Quais critérios de acesso e prioridade são adotados?
- IV - Qual o tempo médio entre solicitação e atendimento?
- V - Quais regiões concentram maior demanda?
- VI - Qual o custo médio por atendimento e quais estruturas próprias, contratadas ou conveniadas são utilizadas?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O requerimento pretende dimensionar demanda, cobertura territorial, capacidade e custo do atendimento veterinário antes de qualquer proposição de expansão ou descentralização.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 6 - CAPACIDADE DE ACOLHIMENTO DE ANIMAIS

Finalidade	Diagnóstico de estrutura
Destinatário sugerido	Prefeitura / unidade de acolhimento
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Qual a capacidade física oficial dos abrigos, canis, gatis ou centros de acolhimento mantidos ou utilizados pelo Município?
- II - Qual a ocupação média e atual de cada unidade?
- III - Qual o tempo médio de permanência dos animais?
- IV - Quantos ingressos, adoções, devoluções a responsáveis, transferências e óbitos ocorreram nos últimos 24 meses?
- V - Quais são os custos mensais de manutenção?
- VI - Existe protocolo técnico para evitar superlotação?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

Acolhimento permanente não deve substituir políticas de prevenção e manejo populacional. Os dados permitem avaliar se a estrutura é suficiente, superlotada ou utilizada de forma incompatível com sua finalidade.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 7 - RESGATE DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Finalidade	Diagnóstico de fluxo operacional
Destinatário sugerido	Prefeitura / defesa civil / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Existe serviço, equipe, contrato ou fluxo formal para resgate de animais atropelados, feridos ou em risco em logradouro público?
- II - Qual canal recebe as solicitações?
- III - Quantas ocorrências foram registradas nos últimos 24 meses?
- IV - Qual o tempo médio de resposta?
- V - Qual a destinação dada aos animais resgatados?
- VI - Quais órgãos participam do fluxo e quais situações são consideradas fora da competência municipal?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O conhecimento do fluxo atual é indispensável para identificar gargalos e evitar a criação de serviços paralelos ou sobrepostos.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 8 - DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS

Finalidade	Fiscalização e efetividade
Destinatário sugerido	Prefeitura / fiscalização / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quantas denúncias de maus-tratos a animais foram recebidas nos últimos 36 meses?
- II - Quantas resultaram em vistoria e qual o tempo médio entre denúncia e fiscalização?
- III - Quantas autuações, advertências, multas ou outras medidas administrativas foram aplicadas?
- IV - Quantos casos foram encaminhados à Polícia Civil, Ministério Público ou outro órgão competente?
- V - Quais são os principais tipos de ocorrência e as regiões de maior incidência?
- VI - Existe protocolo escrito de triagem e classificação de risco das denúncias?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O requerimento busca medir a efetividade do sistema municipal de resposta aos maus-tratos e identificar necessidade de aprimoramento de fluxo, dados e fiscalização.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 9 - ANIMAIS RECOLHIDOS E RESPECTIVA DESTINAÇÃO

Finalidade	Transparência e rastreabilidade
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quantos cães e gatos foram recolhidos pelo Município nos últimos 24 meses?
- II - Qual o motivo do recolhimento em cada categoria de ocorrência?
- III - Quantos foram devolvidos aos responsáveis, encaminhados à adoção, transferidos, mantidos em acolhimento ou vieram a óbito?
- IV - Existe identificação individual e registro do histórico de cada animal?
- V - Qual a taxa de reunificação com responsáveis?
- VI - Qual a taxa de adoção e o tempo médio de permanência?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

Dados de entrada e saída permitem avaliar se o acolhimento municipal funciona como solução transitória e se há rastreabilidade suficiente sobre cada animal.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 10 - FEIRAS E AÇÕES DE ADOÇÃO

Finalidade	Avaliação de resultados
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quantas feiras ou ações de adoção foram realizadas ou apoiadas pelo Município nos últimos 24 meses?
- II - Quantos animais foram disponibilizados e quantos foram adotados?
- III - Existe acompanhamento de devoluções ou insucessos de adoção?
- IV - Quais critérios são utilizados para seleção de adotantes?
- V - Quais equipamentos públicos já foram utilizados para essas ações?
- VI - Existem estudos sobre localização, periodicidade e formatos com maior taxa de adoção?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

A resposta poderá orientar futuras iniciativas de adoção sem presumir que aumentar o número de eventos, por si só, produzirá melhores resultados.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 11 - ANIMAIS COMUNITÁRIOS

Finalidade	Mapeamento e política pública
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / meio ambiente
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - O Município possui definição administrativa ou normativa de animal comunitário?
- II - Existem cadastros, mapas ou estimativas de cães e gatos comunitários?
- III - Quais ações de esterilização, vacinação, identificação ou acompanhamento são destinadas a esses animais?
- IV - Existem pontos recorrentes de conflito, denúncia ou necessidade de realocação?
- V - Quais critérios são utilizados para instalação ou retirada de comedouros, bebedouros e abrigos?
- VI - Existe protocolo para compatibilização com fauna silvestre, saúde pública e acessibilidade?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O levantamento permite conhecer a realidade local antes de propor disciplina legislativa sobre animais comunitários e equipamentos de apoio.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 12 - COLÔNIAS DE GATOS E MANEJO PELO MÉTODO CED

Finalidade	Diagnóstico técnico-ambiental
Destinatário sugerido	Prefeitura / meio ambiente / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Existem colônias de gatos de vida livre identificadas no Município?
- II - Qual a localização aproximada e o número estimado de animais em cada colônia?
- III - Alguma ação de Captura, Esterilização e Devolução - CED já é realizada ou estudada?
- IV - Quais critérios veterinários e ambientais são considerados para eventual devolução ao território?
- V - Existem áreas ambientalmente sensíveis em que a presença das colônias represente risco à fauna silvestre?
- VI - Quais resultados foram observados em ações já realizadas?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O CED exige avaliação local, não aplicação automática. O requerimento busca dados populacionais, sanitários e ambientais que permitam decidir onde a metodologia seria ou não adequada.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 13 - MICROCHIPAGEM E IDENTIFICAÇÃO ANIMAL

Finalidade	Avaliação de rastreabilidade
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - O Município realiza ou subsidia microchipagem de cães e gatos?
- II - Quantos animais foram identificados nos últimos 24 meses?
- III - Qual sistema ou base de dados recebe as informações?
- IV - Existe integração com o SinPatinhas?
- V - Qual o custo unitário da identificação e quais fornecedores ou contratos são utilizados?
- VI - Quais situações prioritárias justificam a microchipagem atualmente?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

A identificação é instrumento de reunificação, guarda responsável e produção de dados. O levantamento subsidia avaliação de expansão, integração e custo-benefício.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 14 - VACINAÇÃO, ZONÓSES E PROTEÇÃO ANIMAL

Finalidade	Delimitação de competências
Destinatário sugerido	Prefeitura / vigilância em saúde / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quais ações municipais dirigidas a cães e gatos são executadas pela vigilância de zoonoses e quais são executadas pela área de proteção animal?
- II - Existe documento que delimite competências e fluxos entre os setores?
- III - Quais campanhas de vacinação animal foram realizadas nos últimos 24 meses?
- IV - Quantos atendimentos tiveram motivação sanitária e quantos tiveram motivação exclusiva de proteção ou bem-estar?
- V - Existem situações recorrentes de sobreposição ou lacuna de atribuições?
- VI - Quais indicadores de saúde única são utilizados no planejamento?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

Proteção animal e vigilância de zoonoses possuem pontos de contato, mas finalidades distintas. A clareza institucional evita confusão de competências e melhora o desenho das políticas.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 15 - ANIMAIS ATROPELADOS EM VIAS URBANAS

Finalidade	Diagnóstico territorial
Destinatário sugerido	Prefeitura / trânsito / meio ambiente
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - O Município registra ocorrências de atropelamento de animais em vias urbanas?
- II - Quantas ocorrências envolvendo cães, gatos e fauna silvestre foram registradas nos últimos 36 meses?
- III - Quais vias ou trechos concentram maior incidência?
- IV - Existe cruzamento com dados de velocidade, iluminação, vegetação, unidades de conservação ou corredores ecológicos?
- V - Qual o fluxo de resgate e destinação dos animais feridos ou mortos?
- VI - Existem estudos de engenharia ou medidas preventivas já avaliadas?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O requerimento transforma um problema difuso em informação territorial, permitindo discutir prevenção com base em evidências e não apenas em casos isolados.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 16 - PROTEÇÃO ANIMAL EM SITUAÇÕES DE DESASTRE

Finalidade	Avaliação de contingência
Destinatário sugerido	Prefeitura / defesa civil
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - O Plano de Contingência ou instrumento equivalente contempla resgate, triagem, abrigo e reunificação de animais?
- II - Quais espécies e tipos de animais são considerados?
- III - Existem locais previamente identificados para acolhimento temporário?
- IV - Há cadastro de veterinários, protetores, entidades ou estabelecimentos aptos a colaborar?
- V - Existem protocolos para animais de pessoas alojadas em abrigos temporários?
- VI - Quando ocorreu o último exercício, treinamento ou revisão relacionada a esse tema?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

Desastres demonstram que a ausência de planejamento prévio aumenta riscos para pessoas e animais. O requerimento verifica se a variável animal já integra a preparação municipal.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 17 - PROTETORES INDEPENDENTES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Finalidade	Mapeamento da rede de proteção
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Existe cadastro de protetores independentes e organizações que atuam na proteção animal?
- II - Quantos estão cadastrados e quais critérios são utilizados?
- III - Quais programas públicos podem ser acessados por esses atores?
- IV - Quais parcerias, termos de colaboração, fomento ou convênios foram celebrados nos últimos três anos?
- V - Quais valores e metas foram envolvidos?
- VI - Existe diagnóstico sobre a capacidade e as principais demandas da rede voluntária local?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

A rede de proteção pode complementar políticas públicas, mas sua atuação precisa ser conhecida e tratada com critérios pessoais, transparência e respeito à legislação de parcerias.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 18 - DOAÇÕES DE RAÇÃO E INSUMOS

Finalidade	Diagnóstico de demanda e logística
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / assistência
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - O Município mantém ou apoia banco, rede ou programa de doação de ração e insumos?
- II - Quais são os critérios de recebimento, armazenamento e distribuição?
- III - Qual o volume de doações recebido e distribuído nos últimos 24 meses?
- IV - Quais grupos ou entidades são beneficiados?
- V - Qual o custo administrativo e logístico da operação?
- VI - Existe estudo comparando estoque físico municipal com modelo de conexão direta entre doadores e destinatários?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O requerimento busca avaliar eficiência e segurança sanitária do modelo existente antes de propor sua ampliação ou substituição.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 19 - FISCALIZAÇÃO DE PET SHOPS, HOTÉIS, CRECHES E SERVIÇOS DE BANHO E TOSA

Finalidade	Poder de polícia e bem-estar
Destinatário sugerido	Prefeitura / fiscalização / vigilância
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quantos estabelecimentos do setor pet estão licenciados no Município?
- II - Quantas fiscalizações foram realizadas nos últimos 24 meses?
- III - Quais irregularidades relacionadas a higiene, segurança, fuga, maus-tratos ou bem-estar foram identificadas?
- IV - Quantas autuações ou interdições ocorreram?
- V - Existem protocolos específicos de fiscalização para guarda temporária de animais?
- VI - Quais órgãos municipais participam da fiscalização e como se dá a divisão de atribuições?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O levantamento permite avaliar se há lacunas regulatórias reais ou se o problema decorre de fiscalização insuficiente das normas já existentes.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 20 - FOGOS DE ARTIFÍCIO COM ESTAMPIDO

Finalidade	Avaliação de fiscalização e impactos
Destinatário sugerido	Prefeitura / fiscalização / meio ambiente
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Existe legislação municipal sobre fogos e artefatos pirotécnicos com estampido?
- II - Quantas denúncias e autuações foram registradas nos últimos 24 meses?
- III - Quais órgãos realizam fiscalização?
- IV - Existe medição ou parâmetro técnico de ruído utilizado na aplicação da norma?
- V - Foram registradas ocorrências relacionadas a fuga, acidentes ou sofrimento de animais durante períodos festivos?
- VI - Quais dificuldades práticas de fiscalização foram identificadas?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

A existência de uma lei não garante efetividade. O requerimento permite conhecer sua aplicação prática antes de propor alteração legislativa ou novos mecanismos de fiscalização.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 21 - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA ACOMPANHADAS DE ANIMAIS

Finalidade	Diagnóstico socioassistencial
Destinatário sugerido	Prefeitura / assistência social
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quantas pessoas atendidas pela rede municipal de assistência social declaram possuir ou estar acompanhadas de animais?
- II - Os serviços de acolhimento permitem permanência conjunta ou oferecem alternativa temporária para o animal?
- III - Quantas recusas de acolhimento relacionadas à impossibilidade de ingresso do animal foram registradas?
- IV - Existem parcerias ou fluxos com proteção animal e atendimento veterinário?
- V - Quais limitações físicas, sanitárias ou operacionais são apontadas pelas unidades?
- VI - Existe estudo sobre modelos adotados por outros Municípios?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O vínculo com o animal pode influenciar a adesão aos serviços de acolhimento. A resposta deve demonstrar a dimensão real do problema antes de qualquer proposta estrutural.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 22 - ANIMAIS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade	Diagnóstico intersetorial
Destinatário sugerido	Prefeitura / políticas para mulheres / assistência
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - A rede municipal registra situações em que animais de companhia sejam utilizados como instrumento de ameaça, coação ou impedimento à saída do ambiente de violência?
- II - Existe protocolo para acolhimento temporário ou proteção desses animais?
- III - Quais órgãos ou entidades podem receber o animal em situação emergencial?
- IV - Como é protegido o sigilo da localização e dos dados da vítima?
- V - Quantos casos foram identificados nos últimos 24 meses, quando houver registro?
- VI - Existem estudos ou articulações para aprimorar esse atendimento?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O requerimento busca dimensionar uma vulnerabilidade intersetorial e verificar se a rede de proteção à mulher considera adequadamente a existência de animais de companhia.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 23 - DESTINAÇÃO DE CORPOS DE ANIMAIS

Finalidade	Diagnóstico sanitário e ambiental
Destinatário sugerido	Prefeitura / limpeza urbana / vigilância / meio ambiente
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Qual é o fluxo municipal para recolhimento e destinação de corpos de animais encontrados em logradouros públicos?
- II - Qual a destinação final atualmente utilizada?
- III - Quais custos são envolvidos?
- IV - Existem prestadores licenciados para cremação, tratamento ou sepultamento de animais no Município?
- V - Quais orientações são fornecidas aos responsáveis por animais falecidos em domicílio?
- VI - Existe estudo sobre riscos sanitários, ambientais e alternativas de destinação?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

O diagnóstico é necessário antes de discutir cemitério, crematório, contrato específico ou alteração das regras de resíduos e serviços urbanos.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 24 - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL

Finalidade	Revisão normativa
Destinatário sugerido	Prefeitura / Procuradoria / Câmara, conforme o caso
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

I - Quais leis, decretos, regulamentos e atos normativos municipais vigentes tratam de proteção e bem-estar animal?

II - Quais dispositivos estão regulamentados e quais dependem de regulamentação?

III - Existem normas com objeto duplicado, contraditório ou desatualizado?

IV - Quais dispositivos deixaram de ser aplicados em razão de legislação federal ou estadual superveniente?

V - Existem ações judiciais, pareceres ou recomendações que tenham questionado normas municipais sobre o tema?

VI - Há estudo administrativo de consolidação ou revisão desse conjunto normativo?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

A produção de novas leis sem conhecer o estoque normativo favorece redundância e contradição. Este requerimento é uma etapa preparatória para eventual consolidação legislativa.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

REQUERIMENTO 25 - INDICADORES GERAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL

Finalidade	Avaliação de desempenho
Destinatário sugerido	Prefeitura / órgão central responsável
Foco	Dados, documentos, indicadores e estudos já existentes - não determinação de nova ação administrativa.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após a tramitação cabível, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos acerca do tema indicado neste Requerimento, com resposta, se possível, aos seguintes quesitos:

- I - Quais objetivos, metas e indicadores formais orientam a política municipal de proteção animal?
- II - Quais metas foram fixadas para esterilização, adoção, identificação, resgate, atendimento e fiscalização?
- III - Qual o grau de cumprimento das metas nos dois últimos exercícios?
- IV - Quais indicadores são divulgados publicamente?
- V - Quais resultados são utilizados para redirecionar recursos ou prioridades?
- VI - Existe relatório anual ou instrumento equivalente de avaliação da política?

Solicita-se, quando existentes, o encaminhamento de relatórios, planilhas, notas técnicas, estudos, contratos, planos, séries históricas ou outros documentos que deem suporte às informações prestadas.

JUSTIFICATIVA

Esse requerimento desloca o debate de quantidade de ações para resultados. A fiscalização parlamentar ganha qualidade quando compara metas, recursos e indicadores objetivos.

A finalidade do presente Requerimento é subsidiar a atividade parlamentar de fiscalização, planejamento e eventual formulação de proposições futuras com base em dados objetivos.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Antes do protocolo, verifique se o Regimento Interno exige aprovação plenária, prazo específico de resposta ou destinatário formal diverso. Evite pedir informação já publicamente disponível sem necessidade; quando o dado estiver em portal oficial, o requerimento pode pedir detalhamento, série histórica ou metodologia não divulgada.

6. MODELOS DE INDICAÇÕES PARA ESTUDOS DE VIABILIDADE

Nas indicações seguintes, a providência sugerida é deliberadamente um estudo, diagnóstico ou avaliação técnica. A eventual implantação da política deverá ser analisada em momento posterior, à luz dos resultados.

INDICAÇÃO 26 - ESTUDO PARA CENSO MUNICIPAL DE CÃES E GATOS

Finalidade	Planejamento baseado em evidências
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / universidades
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - estimativa da população de cães e gatos domiciliados, comunitários e em situação de rua;
- II - metodologia de amostragem ou recenseamento adequada ao porte do Município;
- III - divisão territorial por bairros ou regiões;
- IV - periodicidade recomendada para atualização;
- V - custos, parcerias acadêmicas e uso de bases existentes;
- VI - forma de integração dos resultados ao planejamento das políticas municipais.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

Um censo ou estimativa tecnicamente consistente pode orientar esterilização, vacinação, fiscalização, adoção e alocação territorial de recursos. A indicação não propõe imediatamente o recenseamento; solicita análise de metodologia, custo e utilidade.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 27 - ESTUDO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA ESTERILIZAÇÃO

Finalidade	Manejo populacional ético
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / saúde
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - dados de população animal não domiciliada;
- II - fila de espera por esterilização;
- III - indicadores socioeconômicos e epidemiológicos;
- IV - ocorrência de abandono e ninhadas;
- V - presença de animais comunitários e protetores;
- VI - metas e quantitativo estimado de procedimentos necessários por território.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A esterilização produz melhores resultados quando orientada por prioridades territoriais e quantitativos previamente estimados, em vez de ser distribuída apenas por demanda espontânea.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 28 - ESTUDO PARA ADESÃO PLENA AO PROPATINHAS E SINPATINHAS

Finalidade	Integração federativa e captação
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / planejamento
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - requisitos técnicos e administrativos de adesão;
- II - situação atual do Município em relação aos sistemas;
- III - necessidade de plano local de proteção e manejo populacional;
- IV - estrutura necessária para registro, identificação e atualização de dados;
- V - possibilidades de captação de recursos federais e apresentação de planos de trabalho;
- VI - cronograma e custos para eventual adesão plena.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A indicação transforma uma oportunidade federal em agenda técnica, permitindo saber se a adesão é vantajosa, quais requisitos faltam e como integrá-la ao planejamento municipal.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 29 - ESTUDO DE VIABILIDADE DE UNIDADE MÓVEL DE ESTERILIZAÇÃO

Finalidade	Descentralização de serviço
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - demanda territorial não atendida;
- II - comparação entre unidade móvel própria, locação, contratação por procedimento e credenciamento;
- III - custos de aquisição, manutenção, equipe e insumos;
- IV - requisitos sanitários e profissionais;
- V - capacidade mensal projetada;
- VI - estratégia de deslocamento e priorização de bairros.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A unidade móvel pode ser eficiente em alguns Municípios e antieconômica em outros. O estudo comparativo evita que a solução seja escolhida apenas por visibilidade política.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 30 - ESTUDO DE REDE VETERINÁRIA DESCENTRALIZADA

Finalidade	Acesso e custo-efetividade
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / finanças
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - demanda atual e reprimida por atendimentos;
- II - capacidade da rede pública existente;
- III - quantidade e distribuição territorial de clínicas e hospitais privados aptos;
- IV - modelos de credenciamento ou contratação permitidos pela legislação;
- V - custos comparados entre estrutura própria e rede contratada;
- VI - critérios de acesso e controle dos serviços realizados.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

Antes de construir nova estrutura, é útil saber se uma rede descentralizada consegue ampliar cobertura com menor custo e maior rapidez.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 31 - ESTUDO DE VIABILIDADE DE HOSPITAL OU CENTRO VETERINÁRIO MUNICIPAL

Finalidade	Infraestrutura pública
Destinatário sugerido	Prefeitura / planejamento / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - demanda anual estimada por consultas, urgências, cirurgias e exames;
- II - perfil socioeconômico do público potencial;
- III - custos de implantação, pessoal, insumos e manutenção;
- IV - alternativas de execução direta, contratada ou híbrida;
- V - localização e cobertura territorial;
- VI - impacto orçamentário e fontes de financiamento.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A indicação evita o salto direto da demanda social para a criação de hospital. Primeiro devem ser comparados demanda, custo, alternativas e capacidade financeira.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 32 - ESTUDO DE CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Finalidade	Infraestrutura e bem-estar
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - número e perfil dos animais atualmente recolhidos;
- II - capacidade e condições das estruturas existentes;
- III - projeção de vagas estritamente necessárias;
- IV - modelo de acolhimento temporário, lar temporário e adoção;
- V - custos de construção, locação ou parceria;
- VI - protocolos para evitar superlotação e permanência indefinida.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

Acolhimento deve ser uma etapa transitória. O estudo deve avaliar primeiro se o problema pode ser enfrentado com rede de lares temporários, adoção e prevenção antes de ampliar estrutura física.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 33 - ESTUDO DE SERVIÇO DE RESGATE ANIMAL

Finalidade	Resposta emergencial
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / defesa civil
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - volume e tipo das ocorrências;
- II - horários e regiões de maior demanda;
- III - fluxos já existentes em órgãos municipais e parceiros;
- IV - equipe, veículos e equipamentos necessários;
- V - modelos de plantão próprio, contrato ou rede de referência;
- VI - custos e indicadores de tempo de resposta.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A indicação busca identificar qual desenho operacional é proporcional à demanda local, evitando a criação de serviço permanente sem dimensionamento prévio.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 34 - ESTUDO PARA PLANO DE PROTEÇÃO ANIMAL EM DESASTRES

Finalidade	Gestão de riscos
Destinatário sugerido	Prefeitura / defesa civil / meio ambiente
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - cenários de risco do Município;
- II - espécies e quantidade estimada de animais potencialmente atingidos;
- III - locais de triagem e acolhimento temporário;
- IV - protocolos de resgate, identificação e reunificação;
- V - integração de animais às regras de abrigos humanos;
- VI - cadastro de voluntários, veterinários e estruturas privadas de apoio.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A proteção animal em desastres deve ser desenhada antes da emergência. O estudo pode integrar o tema ao planejamento de defesa civil sem criar estruturas desnecessárias.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 35 - ESTUDO TÉCNICO SOBRE CED PARA COLÔNIAS DE GATOS

Finalidade	Manejo ético e proteção da fauna
Destinatário sugerido	Prefeitura / meio ambiente / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - mapeamento das colônias existentes;
- II - estimativa populacional e condição sanitária;
- III - impacto sobre fauna silvestre e áreas ambientalmente sensíveis;
- IV - critérios para captura, esterilização, identificação, recuperação e devolução;
- V - situações em que a adoção ou realocação seja preferível;
- VI - indicadores para avaliar redução ou estabilização das colônias.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A indicação não presume que o CED seja adequado em todos os locais. O objetivo é produzir critérios técnicos que diferenciem territórios e situações.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 36 - ESTUDO SOBRE POLÍTICA PARA ANIMAIS COMUNITÁRIOS

Finalidade	Convivência urbana e proteção
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / urbanismo
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - mapeamento e estimativa de animais comunitários;
- II - critérios de identificação de cuidadores voluntários;
- III - regras para comedouros, bebedouros e abrigos;
- IV - compatibilidade com acessibilidade, higiene e uso do espaço público;
- V - critérios de esterilização, vacinação e identificação;
- VI - hipóteses de realocização por risco ao animal, à saúde ou à fauna.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

O estudo fornece base para eventual legislação de animal comunitário, reduzindo conflitos e evitando soluções uniformes para contextos diferentes.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 37 - ESTUDO DE ÁREAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA PARA CÃES

Finalidade	Urbanismo e convivência
Destinatário sugerido	Prefeitura / parques / urbanismo
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - demanda e distribuição territorial de tutores e animais;
- II - parques ou praças com área física compatível;
- III - impactos sobre vizinhança, fauna e manutenção;
- IV - requisitos de cercamento, acesso, higiene e segurança;
- V - custos de implantação e conservação;
- VI - critérios de seleção dos locais e avaliação posterior de uso.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

Nem toda praça comporta uma área de convivência animal. A indicação busca um estudo locacional e operacional antes de qualquer implantação.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 38 - ESTUDO SOBRE TRANSPORTE DE PEQUENOS ANIMAIS NO TRANSPORTE COLETIVO

Finalidade	Mobilidade e regulação
Destinatário sugerido	Prefeitura / transporte / agência ou concessionária
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - compatibilidade com contratos de concessão ou permissão;
- II - regras sanitárias e de segurança;
- III - limites de porte e formas de acondicionamento;
- IV - impacto operacional em horários de pico;
- V - experiências de outros Municípios;
- VI - eventuais impactos econômico-financeiros e necessidade de regulamentação.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A matéria envolve serviço público e contratos vigentes. O estudo técnico-jurídico é etapa indispensável antes de propor obrigação legal ao sistema.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 39 - ESTUDO PARA AMPLIAR FEIRAS DE ADOÇÃO EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Finalidade	Adoção responsável
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / administração de equipamentos
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - quais equipamentos apresentam compatibilidade sanitária e operacional;
- II - dados de público e acessibilidade dos locais;
- III - resultados de feiras já realizadas;
- IV - requisitos de bem-estar e segurança dos animais;
- V - fluxo de autorização e responsabilidades dos organizadores;
- VI - critérios para monitorar taxa de adoção e devolução.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A indicação busca transformar equipamentos públicos ociosos ou compatíveis em oportunidades de adoção apenas quando houver evidência de viabilidade e resultados.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 40 - ESTUDO DE PROGRAMA DE LAR TEMPORÁRIO E APADRINHAMENTO

Finalidade	Alternativa ao acolhimento institucional
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - número de animais que poderiam ser direcionados a lares temporários;
- II - critérios de seleção e acompanhamento dos participantes;
- III - modelo de termo de responsabilidade;
- IV - custos e eventuais apoios materiais;
- V - mecanismos de transparência para apadrinhamento;
- VI - comparação de custo e bem-estar com acolhimento institucional.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

Lares temporários podem reduzir superlotação, mas exigem regras de seleção, acompanhamento e retorno. O estudo permite avaliar capacidade e riscos.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 41 - ESTUDO DE REDE DE DOAÇÃO DE RAÇÃO E INSUMOS

Finalidade	Eficiência logística
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - demanda estimada de entidades e protetores;
- II - potenciais doadores e volume disponível;
- III - comparação entre banco físico municipal e conexão direta entre doador e destinatário;
- IV - regras sanitárias para alimentos, medicamentos e insumos;
- V - custos de logística e armazenamento;
- VI - critérios públicos de participação e distribuição.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A indicação privilegia estudo de modelo antes de criar depósitos, estoques e logística pública, que podem gerar custos e perdas evitáveis.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 42 - ESTUDO PARA ACOLHIMENTO DE ANIMAIS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Finalidade	Proteção intersetorial
Destinatário sugerido	Prefeitura / políticas para mulheres / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - levantamento de casos e demanda potencial;
- II - modelos de acolhimento sigiloso e temporário;
- III - possibilidade de uso de lares temporários, clínicas, hotéis ou entidades;
- IV - proteção de dados e localização do animal;
- V - prazo médio e critérios de devolução à responsável;
- VI - custos, parcerias e protocolos de risco.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

O objetivo é avaliar solução que ajude a mulher a se afastar da violência sem expor o animal ou a vítima a novos riscos.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 43 - ESTUDO PARA ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM SEUS ANIMAIS

Finalidade	Assistência social e vínculo animal
Destinatário sugerido	Prefeitura / assistência social / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - demanda real identificada na rede socioassistencial;
- II - limitações físicas e sanitárias das unidades atuais;
- III - modelos de espaço separado ou acolhimento animal vinculado;
- IV - parcerias possíveis para atendimento veterinário e guarda temporária;
- V - impacto sobre adesão aos serviços;
- VI - custos e adaptações necessárias.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A indicação pede análise de soluções possíveis sem impor imediatamente obras ou alteração da rede de acolhimento.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 44 - ESTUDO DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE CORPOS DE ANIMAIS

Finalidade	Meio ambiente e saúde
Destinatário sugerido	Prefeitura / meio ambiente / limpeza urbana
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - volume estimado de corpos recolhidos e de demanda domiciliar;
- II - destinação atual e custos;
- III - alternativas de cremação, tratamento ou sepultamento licenciados;
- IV - requisitos ambientais, sanitários e urbanísticos;
- V - possibilidade de credenciamento ou contratação de prestadores;
- VI - viabilidade de orientação padronizada aos cidadãos.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

Antes de cogitar cemitério ou crematório municipal, é necessário avaliar demanda, licenciamento, alternativas privadas e custos.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 45 - ESTUDO DE VIABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL

Finalidade	Financiamento público
Destinatário sugerido	Prefeitura / finanças / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - fontes de receita legalmente possíveis;
- II - volume potencial de recursos;
- III - necessidade de unidade gestora e controles contábeis;
- IV - compatibilidade com PPA, LDO e LOA;
- V - custos administrativos do fundo;
- VI - comparação com execução direta por dotações orçamentárias existentes.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

Fundos podem ampliar transparência e captação, mas também criam estrutura contábil e administrativa. A indicação exige comparação com alternativas menos complexas.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 46 - ESTUDO DE VIABILIDADE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL

Finalidade	Participação social
Destinatário sugerido	Prefeitura / planejamento / proteção animal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - mapeamento dos atores públicos e sociais relevantes;
- II - existência de conselhos com competências parcialmente sobrepostas;
- III - funções consultivas e de acompanhamento que agregariam valor;
- IV - composição e critérios de representação;
- V - custos administrativos e apoio necessário;
- VI - alternativas de participação social sem novo colegiado permanente.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A criação de conselho deve responder a uma necessidade institucional concreta. O estudo evita multiplicação de colegiados sem capacidade efetiva de funcionamento.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 47 - ESTUDO PARA OBSERVATÓRIO OU PAINEL DE DADOS DA CAUSA ANIMAL

Finalidade	Transparência e gestão por indicadores
Destinatário sugerido	Prefeitura / proteção animal / tecnologia
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - dados já produzidos por diferentes órgãos;
- II - possibilidade de integração sem criação de novo sistema;
- III - indicadores prioritários de esterilização, adoção, resgate, maus-tratos, atendimento e orçamento;
- IV - periodicidade de atualização;
- V - regras de proteção de dados pessoais;
- VI - custos e soluções tecnológicas existentes.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

O estudo pode resultar em painel simples e de baixo custo, aproveitando sistemas já disponíveis, em vez de criar plataforma complexa sem necessidade.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 48 - ESTUDO PARA PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM BEM-ESTAR ANIMAL

Finalidade	Educação e prevenção
Destinatário sugerido	Prefeitura / educação / meio ambiente
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - problemas locais prioritários de abandono, maus-tratos e guarda irresponsável;
- II - públicos-alvo e faixas etárias;
- III - possibilidade de integrar o conteúdo à educação ambiental e atividades extracurriculares;
- IV - materiais e parcerias com universidades e conselhos profissionais;
- V - formato de campanhas digitais e presenciais;
- VI - indicadores para avaliar alcance e mudança de comportamento.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A prevenção pode reduzir demanda futura por resgate e acolhimento. O estudo deve buscar integração pedagógica sem criar disciplina curricular obrigatória por lei municipal.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 49 - ESTUDO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO ANIMAL EM ONDAS DE CALOR E OUTROS EVENTOS EXTREMOS

Finalidade	Adaptação climática
Destinatário sugerido	Prefeitura / defesa civil / meio ambiente
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - períodos e regiões de maior risco climático;
- II - orientações veterinárias adequadas para calor, frio e baixa umidade;
- III - locais públicos em que medidas temporárias de hidratação ou sombra seriam viáveis;
- IV - estratégias de comunicação de risco;
- V - protocolos para animais comunitários e sob acolhimento público;
- VI - custos e critérios para ativação das medidas.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A indicação conecta bem-estar animal e adaptação climática, mas exige critérios objetivos para evitar ações permanentes sem necessidade ou sem manutenção adequada.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

INDICAÇÃO 50 - ESTUDO PARA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL

Finalidade	Legística e segurança jurídica
Destinatário sugerido	Prefeitura / Procuradoria / Câmara Municipal
Foco	Realização de estudo técnico, diagnóstico ou avaliação de viabilidade - não implantação imediata.

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de determinar ao órgão tecnicamente competente a realização de estudo técnico de viabilidade sobre o tema indicado nesta proposição.

Sugere-se que o estudo contemple, sem prejuízo de outros aspectos considerados pertinentes pela área técnica:

- I - inventário completo das normas municipais vigentes;
- II - identificação de dispositivos revogados, superados, duplicados ou contraditórios;
- III - compatibilidade com legislação federal e estadual superveniente;
- IV - necessidade de regulamentação de dispositivos ainda inefetivos;
- V - possibilidade de reunir a matéria em código, estatuto ou consolidação temática;
- VI - plano de revogações expressas e transição normativa.

Sugere-se, ainda, que o estudo apresente, ao final, alternativas possíveis, vantagens e limitações, estimativa de custos quando aplicável, riscos, impactos administrativos e indicação fundamentada quanto à conveniência ou não de futura implementação.

JUSTIFICATIVA

A consolidação pode ser mais útil do que a produção sucessiva de novas leis. O estudo permite organizar o estoque normativo antes de qualquer projeto de código ou estatuto.

A presente Indicação não pretende determinar a implantação imediata de política, serviço ou estrutura, mas incentivar a produção de elementos técnicos que permitam decisão administrativa e parlamentar mais segura.

[MUNICÍPIO], ____ de _____ de 20__.

[NOME DO(A) VEREADOR(A)]

Vereador(a)

Nota de uso

Se o Executivo já tiver estudo atualizado sobre o tema, pode ser mais eficiente formular primeiro um requerimento pedindo acesso ao documento. A indicação é especialmente útil quando a informação existente é insuficiente para decidir entre alternativas de política pública.

7. MODELO-MESTRE DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

O modelo abaixo pode ser reutilizado para outros temas da causa animal.

REQUERIMENTO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] pedido de informações e documentos sobre [TEMA], especialmente quanto a:

- I - dados quantitativos e série histórica;
- II - distribuição territorial;
- III - capacidade instalada e demanda existente;
- IV - custos, contratos e fontes de financiamento;
- V - metas, indicadores e resultados;
- VI - estudos, pareceres ou diagnósticos já elaborados;
- VII - dificuldades identificadas e providências em avaliação.

JUSTIFICATIVA

O pedido busca produzir base informacional suficiente para a fiscalização parlamentar e para eventual avaliação de medidas legislativas, orçamentárias ou administrativas futuras.

8. MODELO-MESTRE DE INDICAÇÃO PARA ESTUDO

INDICAÇÃO Nº ____/20__

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, ao Chefe do Poder Executivo de [MUNICÍPIO] que avalie a conveniência de promover estudo técnico de viabilidade sobre [TEMA], contemplando, entre outros elementos:

- I - diagnóstico do problema e da demanda;
- II - competência e legislação aplicável;
- III - alternativas de solução;
- IV - custos e fontes de financiamento;
- V - impactos administrativos, ambientais, sanitários e sociais;
- VI - experiências comparáveis de outros Municípios;
- VII - riscos, limitações e indicadores para eventual avaliação futura.

JUSTIFICATIVA

A indicação objetiva subsidiar decisão futura com evidências técnicas, sem antecipar a escolha de uma solução específica ou determinar a implantação imediata de política pública.

9. CHECKLIST DO PARLAMENTAR ANTES DE PROTOCOLAR

1. O problema foi descrito de forma concreta?
2. Já existem dados públicos suficientes?
3. O requerimento pede informação específica e verificável?
4. Os quesitos permitem comparar demanda, capacidade, custo e resultado?
5. A indicação pede estudo, e não a execução imediata de ato de gestão?
6. Foram evitadas ordens dirigidas a secretarias, servidores ou setores específicos quando isso não for regimentalmente adequado?
7. A matéria está dentro do interesse municipal?
8. Existe legislação federal ou estadual que precisa ser considerada?
9. Já existe política ou serviço municipal semelhante?
10. O estudo deve comparar alternativas e não apenas justificar uma solução previamente escolhida?
11. Há necessidade de estimativa de impacto orçamentário?
12. O texto diferencia proteção animal, saúde pública, zoonoses, meio ambiente e assistência social quando necessário?

13. A justificativa utiliza dados locais disponíveis?
14. O destinatário e o rito estão corretos segundo o Regimento Interno?
15. A resposta obtida será útil para uma decisão parlamentar posterior?

10. O QUE FAZER DEPOIS DA RESPOSTA OU DO ESTUDO

A resposta ao requerimento ou o resultado do estudo não precisa necessariamente conduzir a um projeto de lei. Dependendo das conclusões, a providência mais adequada poderá ser uma emenda ao orçamento, audiência pública, reunião técnica, recomendação política, fiscalização de contrato, proposta de alteração de lei existente, pedido de regulamentação, articulação com o Estado ou a União, captação de recursos ou simplesmente manutenção da política atual.

O princípio é simples: o instrumento deve ser escolhido depois de conhecido o problema. A boa atuação parlamentar não é medida pela quantidade de proposições protocoladas, mas pela capacidade de produzir decisões públicas mais fundamentadas.

11. REFERÊNCIAS NORMATIVAS ESSENCIAIS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Regras de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis - utilizada neste e-book como referência de clareza, precisão, ordem lógica e sistematicidade.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação.

BRASIL. Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017. Política de controle da natalidade de cães e gatos.

BRASIL. Lei nº 14.228, de 20 de outubro de 2021. Regras sobre eliminação de cães e gatos por órgãos públicos.

BRASIL. Decreto nº 12.439, de 17 de abril de 2025. Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos - ProPatinhas - e Cadastro Nacional de Animais Domésticos - SinPatinhas.

Legislação municipal, Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara Municipal correspondente.

SOBRE O AUTOR

Diogo Esteves Pereira é autor de Manual de Legística - Teoria e Prática, obra dedicada à elaboração de atos normativos com atenção à competência, à regularidade formal e à regularidade material. Neste e-book, os mesmos princípios de clareza, precisão, coerência, sistematicidade e adequação ao ordenamento são aplicados aos instrumentos de fiscalização e provocação política utilizados por vereadores.

NOTA FINAL

Uma indicação responsável não começa pela solução; começa pela pergunta. Um requerimento eficiente não busca apenas informação; busca a informação necessária para decidir. Na causa animal, em que demandas sociais legítimas frequentemente envolvem orçamento, saúde, meio ambiente, urbanismo e organização administrativa, essa postura é especialmente importante.